

A recessão que não foi imposta pelo FMI

Economia - Brasil
Da euforia dos dias do Plano Cruzado à trágica mistura de hiperinflação com recessão dos dias atuais, a economia brasileira vem sofrendo as consequências do governo e da absoluta falta de condições para o funcionamento normal das atividades econômicas. O País vive uma fase de grandes incertezas, perigosa até para as empresas de maior porte, pois qualquer erro pode transformar-se num desastre. Não é à toa que o diretor superintendente da Fiat, Silvano Valentino, declarou haver um buraco negro diante da indústria automobilística, o setor mais diretamente prejudicado pelos "empréstimos compulsórios" decretados pelo governo, mediante atos juridicamente nulos, por inspiração das

peças da Funarconomics (o método mais rápido e eficiente para desorganizar um sistema econômico inventado recentemente).

Na verdade, há um buraco negro diante de toda a economia nacional, que hoje não conta sequer com um horizonte de 30 dias para a tomada de decisões. Foi para protestar contra essa situação desesperadora que o empresário Salvador Arena, da Termomecânica — o homem que venceu Lula mas foi derrotado por Sarney — e seus 2.400 funcionários se uniram numa greve de fome de 24 horas. O caso dessa empresa, prejudicada pela Cacex (que não libera guias de importação), é um exemplo típico de como o governo interfere na atividade privada tornando virtualmente impossível a gestão empresarial.

Essa intervenção governamental assume diversas formas, sempre de modo arbitrário, como acontece com o controle de preços. Enquanto os preços dos produtos industriais estão controlados e só podem subir 80% da inflação oficial, o custo dos insumos dispara sob o impulso dos elevados reajustes das tarifas e preços das empresas do setor público, que vêm sendo corrigidos em índices superiores aos da inflação. Nessa categoria estão o aço e a energia elétrica, que tiveram altas superiores a 30%.

No entanto, a portaria 218 do CIP só permite o reajuste automático dos preços dos produtos industriais até o máximo de 80% do INPC. A Fiat, por exemplo, precisaria aumentar seus preços em 34%, mas para fazer isso depende de autorização do governo, isto é, precisa esperar uma decisão do CIP, que leva tempo. E tempo, com essa inflação de quase 30% ao mês, significa perdas irrecuperáveis. Completando esse quadro desfavorável para o setor automobilístico, há ainda o compulsório de 15% sobre os automóveis novos, responsável pela queda da demanda no mercado interno, e uma taxa cambial defasada em relação ao crescimento dos custos.

As nuvens negras que pairam sobre as montadoras não poderiam deixar de tirar o sol também dos fabricantes de autopeças. Nos últimos dois meses, esse setor foi obrigado a demitir 2.100 empregados em virtude da diminuição das compras da indústria automobilística, que também está cortando pessoal (de janeiro a abril, as fábricas de veículos dispensaram 2.500 pessoas e em maio o número de demissões no setor foi da ordem de 3 mil).

Infelizmente, as informações sobre a expansão do desemprego chegam de vários setores, apesar de ainda não se refletirem nas estatísticas do seguro desemprego, nas quais só entram os trabalhadores demitidos há mais de 60 dias. Mesmo assim o governo gastou Cr\$ 1,9 bilhão em maio com 354 mil beneficiados (número que torna totalmente fora da realidade a previsão de Cr\$ 5,2 bilhões para todo o ano de 1987). Mais cedo do que se pensa, milhares de outros trabalhadores pleitearão o "benefício", outra das demagógicas "conquistas" da "Nova" República, com a qual a Nação, sem ter nenhuma condição para isto, terá de arcar.

Em Franca, as fábricas de calçados registraram queda de 35,8% na produção e perda de oito mil empregos nos quatro primeiros meses deste ano; em São Bernardo, a recessão na indústria de móveis causou a demissão de 20% dos 30 mil trabalhadores do setor; em Belo Horizonte, a Mendes Júnior cortou 1.300 funcionários e chegaram informações de outros cortes em várias empresas dos setores metalúrgico e siderúrgico. Os fabricantes de equipamentos pesados também estão diminuindo pessoal (a Zanini, de Sertãozinho, dispensou 370 dos seus 2.300 funcionários) e diversas empresas comerciais e industriais foram forçadas a pedir concordata e estão igualmente dispensando gente. Estamos, portanto, diante da recessão que o sr. Funaro não admitia como imposição do FMI. Não estamos pagando, mas não é porque a fome acabou...

E o que faz o governo para deter esse processo recessivo já reconhecido por economistas de todas as tendências e pelo próprio ministro Bresser Pereira? Muito pouco ou quase nada (ontem, o presidente Sarney fez um discurso para seu Ministério). Por enquanto, sabe-se vagamente que o novo plano macroeconômico governamental deverá fixar como metas um crescimento de 3% para o produto industrial (uma acentuada desaceleração quando se considera que em 1986 a expansão foi da ordem de 11%) e um aumento do PIB de 5%. Evidentemente esse não é um índice de crescimento desejado pela equipe do ministro Bresser Pereira, mas um número que reflete um conjunto de restrições, a começar pelos problemas do balanço de pagamentos e pelas barreiras à importação de matérias-primas, bens intermediários e bens de capital, para não falar da inflação elevada que vai corroendo velozmente o poder aquisitivo dos consumidores, ao mesmo tempo que impede o funcionamento de setores dependentes de financiamentos a longo prazo, como o habitacional, no momento quase paralisado, não obstante a existência de amplos recursos nas cadernetas de poupança e no FGTS.

Quanto a medidas concretas, o ministro Bresser Pereira promete combater a recessão com investimentos públicos. Mas para que haja dinheiro para isto é preciso, antes, um acordo com os credores externos e a aprovação do novo plano macroeconômico por instituições como o FMI e o Banco Mundial (o governo acaba de admitir que vamos precisar de US\$ 6 bilhões para fechar as contas deste ano). Mas também por este lado não se pode esperar muita coisa para já. Como se recorda, a missão do FMI que esteve recentemente no País para levantar dados sobre o desempenho de nossa economia não conseguiu cumprir sua missão a contento, tal a desordem deixada pelo ex-ministro Dílson Funaro.

Em outras palavras, o Ministério da Fazenda ainda está "contando" o déficit da União, dos Estados e municípios, e das empresas estatais (falava-se, ontem, em algo em torno de Cr\$ 800 bilhões) para montar sua estratégia antiinflacionária.

No entanto, todo mundo sabe que será impossível combater o presente quadro recessivo enquanto o governo não iniciar o efetivo controle dos seus gastos, que é donde se originam todos os problemas. Mas como esperar uma ação séria nesse sentido enquanto o governo não abandonar seus projetos faraônicos como a famigerada ferrovia Norte-Sul e a usina siderúrgica maranhense do senhor José Sarney, entre outros prometidos ou anunciamos? Uma estratégia antiinflacionária exigirá também uma alternativa para a enganosa figura do gatilho salarial, que não defende os salários reais e agora pode ser considerado mais um fator realimentador da inflação e do desemprego, particularmente nesta conjuntura recessiva.

Como se vê, portanto, não há nada de concreto a esperar e nem direção definida a seguir, embora todos os diagnósticos, independentemente das preferências ideológicas de quem os faz, coincidam a respeito da verdadeira causa dos nossos problemas e sobre o único meio de eliminá-la. Persistem os obstáculos políticos, mesmo depois que o encerramento da primeira fase dos trabalhos da Assembleia Nacional Constituinte provou, com a derrota da minoria de tendência estatizante, que estes "obstáculos" são ainda mais artificiais do que já se sabia, já que não são sustentados sequer pela maioria dos representantes do povo.

O ministro Bresser Pereira, que endossa o diagnóstico comum a todas as pessoas conscientes deste país e já demonstrou a saudável disposição de permitir o funcionamento da economia de mercado, deveria, portanto, aplicar esta filosofia para valer, eliminando de vez o entulho deixado pelos alunos do curso de madureza de d. Conceição. Ainda mais agora que, pela primeira vez após dois anos oníricos, também o sr. José Sarney reconheceu que o que tinha que dar certo não deu, muito pelo contrário...